



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e
desigualdades**

OS TERREIROS COMO ESPAÇO DE PROTEÇÃO E RESISTÊNCIA JUNTO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO RIO GRANDE DO SUL

ELIANA MOURGUES COGOY¹

PATRICIA KRIEGER GROSSI²

RESUMO:

Trata-se de estudo qualitativo junto a uma comunidade quilombola localizada no estado do Rio Grande do Sul. Tem-se como objeto de estudo os terreiros, que, para além de suas atividades religiosas, constituem-se como lugares de cultura e de proteção social, uma vez que promovem a inclusão e igualdade, como também se configuram como espaços de resistência contra a discriminação e a exclusão.

Palavras-chave: Proteção social; Quilombolas; Terreiros.

ABSTRACT:

This is a qualitative study carried out in a quilombola community located in the state of Rio Grande do Sul. The object of study are the terreiros, which, in addition to their religious activities, constitute places of culture and social protection, as they promote inclusion and equality, as well as being configured as spaces of resistance against discrimination and exclusion.

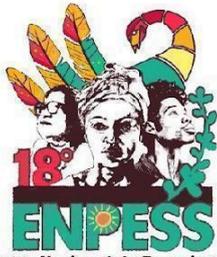
Keywords: Social protection; Quilombolas; Terreiros.

Introdução

O presente trabalho objetiva um estudo sobre a constituição da história brasileira no que tange aos espaços sagrados das religiões afro-brasileiras que emergiram, historicamente, a partir

¹ Universidade Federal de Santa Maria e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de pessoas escravizadas que fugiram de espaços de cativeiro e construíram espaços de resistência e preservação das culturas africanas, mediante práticas religiosas herdadas culturalmente dos seus antepassados. Esses lugares são os terreiros, onde negros e negras se reúnem não somente na busca de suas origens ancestrais, mas também no empoderamento e consciência histórica. Trata-se de resistir e identificar nesses espaços a origem da proteção social nas comunidades quilombolas brasileiras. O estudo consiste num recorte de uma pesquisa maior de abordagem qualitativa e delineamento exploratório-descritivo, observacional (Creswell, 2010; Minayo, 2013), realizada junto a comunidades, lideranças quilombolas, profissionais e gestores de políticas públicas. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, diários de campo e observações in loco de uma comunidade quilombola localizada no estado do Rio Grande do Sul. Os dados coletados nas entrevistas foram gravados, transcritos e submetidos à análise de discurso de Van Dijk (2020).

A proteção social, comunidades quilombolas e os terreiros como espaço de resistência e acolhimento

Comumente, a origem da proteção social brasileira é atribuída à caridade cristã e filantrópica, sem a ação do Estado e sendo influenciada pelos modelos implementados nos países industrializados.

Longe de ser o berço o da Revolução Industrial, as relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil desenvolveram-se de maneira distinta dos países de capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais (Behring; Boschetti, 2011). Conforme Boschetti (2012, p. 756), um sistema de proteção social caracteriza-se efetivamente por “[...] conjunto organizado, coerente, sistemático e planejado de políticas sociais que garantem a proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência, educação”.

Apesar de remeter a um conceito plenamente satisfatório, no que tange à proteção social brasileira, é importante ressaltar que o ideário de ter um sistema de proteção social público se origina no século XIX, frente ao processo de industrialização e às consequências decorrentes disso, como a vulnerabilidade e a insegurança social. Tudo isso agravado na medida em que se expandiam as relações de trabalho assalariado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Com a industrialização e a urbanização das sociedades modernas, ampliou-se o risco de as famílias de trabalhadores caírem na miséria em decorrência da impossibilidade de obter um salário no mercado de trabalho. As causas poderiam ser múltiplas – doença, velhice, desemprego, morte – e passaram a ser chamadas de “risco social”. (Jaccoud, 2009, p. 58).

Segundo a autora, frente aos riscos sociais que estavam surgindo, o Estado precisava se impor na tarefa de ofertar proteção social, instituindo mecanismos que possibilitassem a garantia de renda quando da impossibilidade de acessá-la pela via do trabalho e, posteriormente, garantindo uma oferta de serviços e benefícios associados a certo patamar de bem-estar (Jaccoud, 2009).

Para Costa (2016), as políticas públicas, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, habitação, trabalho ou assistência social, quase sempre excluem os grupos tradicionais. A exclusão ocorre, inclusive, por não se considerar as particularidades socioculturais que conferem tradição a tais coletividades.

Importa destacar que, após a abolição da escravatura brasileira, os negros foram “disponibilizados” na sociedade sem nenhuma proteção social, sem qualquer auxílio ou qualificação que os permitisse condições dignas de vida. É sob este olhar que a obra de Florestan Fernandes, produzida na década de 1940 e intitulada *A integração do negro na sociedade de classes*, contribui para uma leitura crítica da formação da sociedade brasileira. Anterior a Florestan Fernandes, no campo da sociologia e da antropologia, prevalecia a ideia de uma democracia racial vivida após a abolição da escravatura brasileira. Nela existia a ideia de que brancos e negros estariam convivendo bem e que a miscigenação seria algo benéfico e que iria nos conduzir a uma etapa seguinte que seria, então, a democracia racial. Ocorre que Florestan Fernandes, como sociólogo marxista, ao estudar sobre os negros, constata que não existem condições de igualdade entre eles e brancos, como, por exemplo, nas oportunidades de trabalho, nas condições de mobilidade social, moradia, entre outras. Frente a isso, o autor trabalha com a ideia de “mito”, ou seja, a igualdade racial seria um mito.

A constituição do processo de industrialização levou Florestan Fernandes a compreender que o negro não tinha a mesma inserção que o branco. Inclusive, a própria prioridade para novos trabalhos era destinada para fazendeiros brancos, os quais estavam se adaptando à nova realidade do capitalismo, como também para imigrantes italianos e alemães.

Segundo Fernandes (2008), um dos caminhos para alterar a situação de exploração da população negra seria estar cada vez mais presente na formação de movimentos sociais na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

exigência e luta pelos seus direitos, bem como políticas governamentais mais sólidas para que se alcance uma sociedade mais justa.

[...] como determinante da não inserção dos(das) negros(as) no mercado de trabalho formal. Tal determinação deixa essa parcela de trabalhadores(as) à margem da “cidadania regulada”, impedindo-a de ter acesso à proteção social e aos processos organizativos a que se vincularam as respostas do Estado às expressões da “questão social”. (Martins, 2014, p. 115).

O não acesso à proteção social é uma forma de racismo estrutural que naturaliza as condições desiguais para os negros e que reitera o fato de a questão social ser racial. Nesse sentido, “Infelizmente, no Brasil, ainda temos esses sistemas discriminatórios que proporcionam inserções inferiorizadas da população negra, e particularmente quilombola, em diversos espaços da sociedade, mediatizados por relações de gênero, raça/etnia e classe social” (Grossi et al., 2020, p. 134).

A história brasileira, marcada pela escravidão dos negros, precisa ser contada para além da condição de submissão desse grupo social, o que significa dizer que também houve formas de resistência à escravização e que foram manifestadas através de fugas, revoltas, assassinatos de senhores, abortos e, de maneira mais materializada, pela constituição de quilombos. “Esta resistência ocorreu em espaços diversos, inclusive nas senzalas, mas os quilombos foram, sem dúvida, um território importante para suas elaborações. Sem a oposição e resistência à escravidão não haveria o que chamamos de cultura afro-brasileira” (Soares, 2020, p. 58).

Os quilombos eram um lugar secreto, lá permaneciam as pessoas que fugiam das fazendas, minas ou casas de família onde eram escravizadas. Geralmente, os quilombos eram encobertos ou escondidos em meio ao mato. A palavra *quilombo* é parte do idioma dos povos Bantu, originários de Angola, e carrega o significado de local de pouso ou acampamento. Para Munanga (2001, p. 63), “[...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos”.

Ao estabelecer a relação entre quilombos brasileiros e africanos, o autor assegura a condição de oposição à estrutura escravocrata, fortalecendo a importância da formação de resistência às formas de opressão e de exploração.

Nessa perspectiva, mais que um refúgio para os negros, os quilombos foram reunião de homens e mulheres que se negaram a viver sob o regime de escravidão e que desenvolviam laços de solidariedade e fraternidade na reconquista de sua dignidade.

Assim, a ênfase na definição deve, então, ser posta sobre o binômio resistência e autonomia, e não sobre o ato da fuga. (Silva; Nascimento, 2012, p. 27).

Para as autoras, as formações dos quilombos revelam que, onde houve trabalho escravo, houve também rebeldia corporificada sob a forma de quilombos, sejam estes pequenos, grandes, próximos às cidades ou bem distantes delas, e assumindo uma variedade de formas de organização e de origens. Quilombos são expressões de liberdade e de reconquista da dignidade (Silva; Nascimento, 2012). Entretanto, as autoras também explicam que, embora todos os quilombos brasileiros representem resistência ao sistema escravista, nem todos foram constituídos pela reunião de escravos fugitivos. A saber, outras situações que deram origem aos quilombos:

- A partir do abandono, pelo fazendeiro, dos escravos nas terras que cultivavam, principalmente em momentos de crise econômica do produto cultivado;
- Por herança. Há muitos casos em que fazendeiros deixaram pedaços de terra para escravos de sua confiança, ou em que viúvas solitárias as deixaram para seus escravos, ou ainda os casos em que o herdeiro é um filho bastardo do fazendeiro;
- Terras doadas a Santos muitas vezes foram ocupadas por comunidades negras;
- Terras ocupadas pacificamente depois de abandonadas pelos senhores em momentos de crise econômica;
- Compra de terras por parte dos escravos alforriados;
- Ocupação de terras devolutas, antes e depois da abolição da escravidão, pois mesmo após esta, a marginalização dos negros fez com que muitos migrassem em busca de terras mais distantes e ainda não ocupadas, ou abandonadas;
- Recebimento de terras por serviços prestados ao Estado;
- E, é claro reunião de escravos. (Silva; Nascimento, 2012, p. 28).

Um marco relacionado às políticas públicas direcionadas aos povos quilombolas consiste no Programa Brasil Quilombola (PBQ) e na sua institucionalização com a Agenda Social Quilombola. Através do referido documento, compreende-se como quilombolas,

[...] comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. É importante explicitar que, quando se fala em identidade étnica, trata-se de um processo de auto-identificação bastante dinâmico e não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo. (Brasil, 2004, p. 09).

A partir desse entendimento, identifica-se a relevância da definição de políticas públicas que sejam capazes de viabilizar o processo de promoção da equidade social e igualdade de direitos aos negros, tendo em vista um imensurável débito herdado do processo sócio-histórico que envolve a formação brasileira e que suas consequências são até hoje fatores determinantes das condições existenciais dessas populações.

Alicerçado em um discurso de isolamento os remanescentes dos quilombos foram excluídos do direito a cidadania e de outros direitos básicos, sendo vítimas de estigmatizações sucessivas, que os levaram a negar em muitos casos, seu passado de luta e resistência contra o sistema que os tornaram seres humanos escravizados. (Matos; Eugenio, 2018, p. 234).

A desigualdade, a discriminação, a miséria e falta de emprego, enfim, a precariedade que atinge especialmente a população negra em nosso país, são consequências dessa “herança” histórica.

Werneck (2013) salienta que, no caso brasileiro, uma forma para enfrentar as iniquidades estruturais está em considerar como parte da proteção social também as seguintes políticas: promoção da igualdade racial; políticas para as mulheres; políticas de promoção de direitos humanos; políticas para a juventude; acesso à terra e regularização fundiária; políticas para os povos indígenas. Essas políticas, na medida em que são qualificadas, abrem a possibilidade de uma nova cultura governamental e para a sociedade.

Considerando que historicamente, no Brasil, a insuficiência estatal caminhou lado a lado com a benesse religiosa, marcando de forma definitiva a prática assistencial destinada aos mais pobres, o não acesso, ou mesmo o desconhecimento de serviços públicos voltados à garantia de assistência, contribui para que a população vulnerável procure junto às instituições religiosas algum tipo de apoio às suas demandas. Uma das mais antigas práticas assistenciais na história brasileira e que se tornou muito importante para os negros escravizados foram os terreiros, considerados como:

Suporte territorial de comunidades litúrgicas no qual se afirma a cultura do antigo escravo africano diante da produção simbólica hegemônica. O terreiro (de candomblé) apresenta-se como o lugar de materialização, construção e reconstrução do modo cultural negro-brasileiro ou afro-brasileiro. (Coelho, 1999, p. 354).

O terreiro consiste numa maneira de preservar a memória ancestral, uma forma de manter vivas tradições, costumes, valores, mitos, línguas, e tudo mais que remete às formas de vida de matriz africana.

Conforme Tramonte (2001), no início do século XX, os terreiros eram buscados pelas famílias de baixa renda que não podiam contar com os recursos da ciência e da medicina ocidental. Ao mesmo tempo em que havia uma perseguição à religião de matriz africana oriunda da Igreja Católica e da medicina ocidental naquele momento histórico, é justamente esse



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

segmento populacional (famílias negras e pobres) que buscam os terreiros como uma forma de pertença e resistência aos ataques aos modos de vidas marginalizados pela hegemonia racista e eurocentrada. Ainda na atualidade,

O trabalho social realizado no campo religioso de matrizes africanas possui práticas assistencialistas como também provém ações sociais que visam a garantia de direitos, a ampliação da cidadania, através de práticas políticas e de ações afirmativas de combate ao racismo, de gênero e de combate a intolerância religiosa. (Cardoso, 2015, p. 29).

Nesse sentido, os terreiros desempenham um importante papel de proteção social junto às suas comunidades, oferecendo suporte material, emocional e espiritual que propiciam a educação e a conscientização sobre questões socioculturais.

De acordo com a reportagem de Araújo (2024) conduzida pelo jornalista Luiz Antônio Araújo, o Rio Grande do Sul apresenta uma relevância notável no contexto das religiões de matriz africana. Dados do censo de 2010 mostram que o estado tinha o maior percentual de adeptos a umbanda e candomblé entre as unidades da federação, com 1,47% dos gaúchos seguindo essas religiões, em contraste com uma média nacional de 0,3%. Além disso, o Rio Grande do Sul também liderou em números absolutos de praticantes dessas religiões. Esses dados destacam a importância cultural e religiosa das tradições afro-brasileiras no estado, desafiando percepções comuns sobre sua prevalência regional.

Torna-se imprescindível destacar que, em maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma série de enchentes devastadoras que causaram danos significativos em várias regiões do estado. O evento climático extremo resultou em inundações de áreas residenciais e comunitárias, afetando gravemente a infraestrutura local e a vida cotidiana de seus habitantes. Entre os setores mais impactados estão os locais de culto e as casas de religião de matriz africana, que foram severamente atingidos pelas águas, levando a perdas irreparáveis.

Segundo reportagem de Anna Ortega (2024), um levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (Nega), pelo Curso de Aperfeiçoamento Uniafro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pelo Conselho do Povo de Terreiro revelou que 254 terreiros foram totalmente destruídos pelas enchentes no estado. Em Canoas, 69 casas de religião de matriz africana foram destruídas e 58 ficaram parcialmente destruídas. A pesquisa, que entrevistou pais e mães de santo em mais de 40 cidades do estado, constatou que 70% das autoridades dos terreiros pretendem permanecer no mesmo local, apesar da destruição. Contudo, 230 comunidades de axé manifestaram a intenção de se mudar para outro local.

Esses eventos sublinham não apenas a relevância cultural das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul, mas também o impacto devastador das enchentes sobre essas comunidades, evidenciando a necessidade de apoio e recuperação para preservar essas importantes tradições e o trabalho de proteção social desenvolvidos pelos terreiros.

Percurso metodológico

O estudo consiste numa amostra de abordagem qualitativa e delineamento exploratório-descritivo, observacional (Creswell, 2010; Minayo, 2013), realizada junto a comunidades, lideranças quilombolas, profissionais e gestores de políticas públicas. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, diários de campo e observações in loco das comunidades quilombolas. Os dados coletados nas entrevistas foram submetidos à análise do discurso de Van Dijk (2020) após a transcrição das falas dos participantes e a padronização das observações. A análise crítica do discurso (ACD) “[...] objetiva propor um ‘modo’ ou uma ‘perspectiva’ diferente de teorização, análise e aplicação ao longo dos campos” (Van Dijk, 2020, p. 114). Conforme Guimarães e de Paula (2022, p. 167) “[...] van Dijk traz para a sua teoria a dimensão sociocognitiva, formando o tripé sociedade, cognição e discurso.” A sociedade faz referência à comunicação tanto no contexto amplo (sistema social e econômico) quanto no micro (relações interpessoais de comunicação). A cognição está relacionada aos mecanismos cognitivos que constituem as crenças, representações e valores. O discurso, por sua vez, pode ser qualquer forma de comunicação que se estabelece na sociedade. Segundo o autor, “[...] somente por meio da integração dessas dimensões é que os problemas sociais podem ser descritos, explicados e, especialmente, criticados com qualidade” (Van Dijk; Medeiros; Andrade, 2013, p. 355).

Com relação às considerações éticas, todos/as os/as participantes receberam informações sobre os objetivos da pesquisa e foram solicitados/as a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo recebeu aprovação ética do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da instituição de ensino, sob o CAAE 64358022.9.0000.5336.

Resultados e discussões



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Considerando que esta pesquisa ainda se encontra em andamento, apresenta-se uma amostra das entrevistas realizadas até o momento, referente aos terreiros e à proteção social. Nossa proposta consiste em analisar a fala de mulheres negras quilombolas que, como Lira (2014, p. 29) assegura, são “[...] guardiãs de saberes ancestrais trazidos desde a África, não [sendo] difícil entender a razão pela qual passaram a assumir o lugar de lideranças nas comunidades tradicionais de terreiro”. Começamos com uma fala de uma mulher quilombola entrevistada em 2023:

“Então eu acho que isso é uma coisa muito importante e é, sim, um sistema de proteção. Um sistema de proteção próprio do terreiro que se assemelha de alguma forma, claro que não existe um comparativo com sistema de proteção governamental, mas existe uma semelhança, que é o cuidado com todas aquelas pessoas que batem na tua porta voluntariamente buscando um caminho, uma ajuda”.

O relato acima reforça a solidariedade presente nesses espaços, e, certamente, para que possam seguir desempenhando suas funções, necessitam do devido reconhecimento e apoio tanto da sociedade quanto da esfera estatal. Associada à perspectiva de trabalho social, Gomes (2020) destaca a potência do terreiro enquanto um espaço de calor e de acolhimento, que favorece a proteção e revitalização da identidade negra e da religião de matriz africana. Esse espaço propicia uma conexão afetiva e política entre seus frequentadores, revelando-se como um rico espaço de reinvenção da existência coletiva. Além disso, conforme Lira (2014, p. 27), a visibilidade e o recontar a história desde a perspectiva africana e afro-brasileira das mulheres negras “[...] constitui-se como algo necessariamente pedagógico, aponta para além do seu simples reconhecimento, no caminho da reparação desse débito que a historiografia tem acumulado”.

O terreiro representa, além de um espaço de acolhimento, um espaço promotor de saúde, pois, quando um indivíduo se sente pertencente a um espaço, há um senso de identidade e resgate de cultura ancestral. Constitui-se também em um espaço de troca, de solidariedade e de partilha de alimentos. “Terreiro acolhe e alimenta. O alimento não é apenas material, físico. É também alimento espiritual, que promove a consciência da ancestralidade como fonte de vida e saúde. Alimentar o corpo, que também é espírito, é promover uma festa comunitária de partilha” (Lira, 2004, p. 171).

Nessa mesma perspectiva apontada pela autora, de que o terreiro acolhe e alimenta, tem-se o trecho da entrevista com uma liderança feminina quilombola, que traz a evidência da importância do terreiro para a comunidade:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“[...] terreiro é um lugar de acolhimento, independente do que seja tua opção sexual, da tua cor, se tu és rico, se tu és pobre, não importa, ele vai te acolher e as ações que o terreiro promove dentro das suas festividades, dentro daquilo que acontece, que é organograma da casa, como por exemplo, a gente começa eu aqui em casa com os filhos da casa, a gente começa em fevereiro, com a mãe lemanjá, se a gente não vai para a praia a gente faz aqui, a gente distribui, tudo o que tu faz dentro da religião de matriz africana, tu distribui. A comida é a fartura. Isso já é uma questão que já abranda um pouco, de uma forma muito sutil, mas que abranda um pouco a insegurança alimentar de pessoas, de crianças que estão aqui. A festa do Cosme, muita doçura, muita bala muito pirulito, para todas as crianças, para todo mundo desta comunidade que vem aqui. Na minha casa [terreiro] [...] tu não consegue entrar de tanta criança, de bolo com glacê, de bolo na cara, passando bolo e guaraná e isso e aquilo, as crianças todas aqui. A festa do Pai Ogum, que é um orixá de guerra, de luta, de batalha, a frente dele é a carne, é a costela, todo mundo vem, todo mundo come um pedacinho ou traz. Isso tudo reverbera para as pessoas. Esse axé reverbera, este cuidado. Porque acho que isso tudo é um cuidado. Tanto essa questão alimentar, quanto a própria questão dos guias acolherem as pessoas. Para dar um passe, para dar um abraço, para dar um conforto, para dar um caminho, para dar uma direção. Então, eu acho que isso é uma coisa muito importante e é, sim, um sistema de proteção”. (Mulher quilombola, 2023).

Essa narrativa vai ao encontro do estudo de Gomes (2020), segundo o qual o terreiro é visto como um lugar de pertença e acolhimento, que possibilita a proteção e revitalização da identidade negra e da cosmovisão afrocentrada, operando como “resistência à hegemonia colonial, eurocentrada, branca e racista” (Gomes, 2020, p. 87). Na fala da liderança feminina quilombola, dona do terreiro, destaca-se a menção à Festa de Cosme e Damião. Chama a atenção que Cosme e Damião são santos católicos, cuja festa é celebrada todos os anos no dia 27 de setembro, pois é a data em que, segundo a Igreja Católica, morreram os irmãos gêmeos (médicos) que teriam vivido na região da Ásia Menor, em algum lugar entre os atuais territórios da Síria e Turquia, no século III d.C. Por isso, são considerados os padroeiros dos médicos. Entretanto, as religiões afro-brasileiras incorporaram nomes de santos católicos no culto aos seus orixás devido à intolerância religiosa.

Nas religiões afro-brasileiras é neste dia que se celebra o orixá Ibeji, uma entidade infantil que costumeiramente é sincretizada com São Cosme e São Damião, com distribuição de saquinhos de doces às crianças [...]. Na época da colônia, o catolicismo era imposto a indígenas e negros, então uma forma de camuflar era venerar as entidades com as imagens de santos católicos. E isso aconteceu com Cosme e Damião, que foram identificados com orixás crianças, muito alegres. (Duas datas..., 2023).

O terreiro também pode ser considerado um espaço potencializador de saúde mental, pois acolhe as diferenças. Entre os principais motivos que levam as pessoas a buscar esse espaço, estão: “dores, doenças, cirurgias, brigas familiares, ingresso no tráfico, uso excessivo de álcool e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

outras drogas, gravidez não planejada, traições, rompimentos amorosos, entre outros” (Gomes, 2020, p. 97).

O estudo de Alves e Santos (2016) em um terreiro na Bahia demonstra que esses espaços são também vistos como espaços de reconciliação e de pacificação de conflitos entre pessoas do bairro. Um exemplo mencionado no estudo foram casos de adolescentes que, a partir da participação na família ampliada do terreiro, interromperam o uso de drogas, passando a seguir as orientações dos dirigentes daquela casa, conforme entrevista com uma babalorixá: “aqui nessa casa muitos meninos já endireitaram a vida, já deixaram o vício das drogas e hoje são pessoas de bem, que construíram suas vidas, trabalham, respeitam e são respeitados por todos” (Alves; Santos, 2016, p. 11).

Nesse sentido, o terreiro pode se configurar como um espaço que, por oferecer esse suporte psíquico de valorização identitária, serve também como um espaço de promoção de saúde mental às pessoas que sofrem cotidianamente as inúmeras expressões da questão social e práticas perversas do racismo individual e estrutural. São, ainda, considerados “lugares de memórias” (Studinski; Schiavon, 2020). E mesmo com todo esse acolhimento, os terreiros sofrem muito o racismo no estado do Rio Grande do Sul, conforme a fala abaixo:

Hoje a gente carrega a responsabilidade de ser o Estado com o maior número de terreiros do Brasil. Parece um contrassenso, porque é o estado mais racista do Brasil e que tem o maior número de terreiros. E claro que isso incomoda. É o esforço que o racismo faz pra manter esses 65 mil terreiros que tem no Estado na invisibilidade. É uma luta constante mesmo, desde o horário, o som dos atabaques, o som dos tambores, quando a gente sai às ruas, a forma como a gente sai à rua paramentado, como as pessoas nos veem, como se fosse um bichinho de aquário. E hoje a gente está fazendo mais isso, estamos nos paramentando e saindo mais às ruas, porque a gente entende que quanto mais eles nos virem mais eles vão se acostumar com a nossa presença. A gente tá aqui, aqui é nossa casa, nos trouxeram e agora vão ter que nos aceitar. Eu tenho dito por aí que quem não gosta de Orixá, quem não gosta de Batuque, tem que ir embora do Rio Grande do Sul. Porque aqui também é a terra dos Orixás. Aqui o nosso povo também construiu, aqui o nosso povo também fez o assentamento da sua ancestralidade. Aqui nós temos o nosso papel, por mais que a sociedade tente nos manter invisível. Aqui é a terra do Bará do Mercado. Aqui é a terra que Ogum come churrasco. Aqui é a terra que o Amalá de Xangó é feito com peito de gado. É aqui como as coisas conseguiram ser reorganizadas, ressignificadas. (Bábà Diba de Yemanjá, 2012).

O racismo na nossa sociedade contribuiu para que esses lugares fossem discriminados, e parte da demonização desses espaços vem do mito do Exu, o orixá das encruzilhadas, que, na visão eurocêntrica, é associado ao Satanás, ao diabo. A diabolização dessas entidades contribuiu para o preconceito e a própria invisibilização dos espaços dos terreiros no Rio Grande do Sul. Os autores Studinski e Schiavon (2020) desconstróem alguns mitos pejorativos e depreciativos

acerca do orixá Exu e, principalmente, em relação aos cultos de matriz africana no Brasil. Assim, demonstram que a demonização no entorno da figura de Exu teve suas origens no continente africano, através do olhar eurocêntrico de missionários e colonizadores sobre as diferentes culturas africanas, o que, até os dias atuais, se reflete nas relações sociais da “diáspora brasileira”, as quais tendem a embasar o racismo, a discriminação e a intolerância religiosa contra a população negra e os adeptos dos cultos afros em nosso país, reproduzindo-se, assim, em várias esferas.

Considerações finais

Seguindo os passos orientados por Guimarães (2022), uma das questões básicas para a análise do discurso consiste que o pesquisador tenha conhecimento prévio dos fatos históricos, econômicos, sociais e políticos que determinam o contexto enunciativo. Para isso, foi necessário um acompanhamento dos acontecimentos ocorridos antes, durante e após a coleta de dados, a fim de instrumentalizar as pesquisadoras quanto à leitura crítica da realidade, na relação sócio-histórica entre discurso, sociedade e cognição.

Frente ao exposto, considera-se que os terreiros, para além de suas atividades religiosas, constituem-se como espaços de cultura e de proteção social, uma vez que promovem a inclusão e igualdade, como também se configuram como espaços de resistência contra a discriminação e a exclusão. Reconhecer esse papel torna-se importante para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as culturas e tradições sejam respeitadas e celebradas democraticamente.

Também destacamos a importância da oralidade e da ancestralidade na dinâmica dos terreiros. As mães de santo transmitem ensinamentos de aspectos litúrgicos e simbólicos das religiões de matriz africana para várias gerações. Neste artigo, não nos aprofundamos nos aspectos dos elementos das religiões de matriz africana, pois fugia do nosso escopo.

Urge a necessidade de reconhecimento dos terreiros como espaços de proteção informal, considerando que o Serviço Social procura compreender o modo e condições de vida das populações com que trabalha, e ignorar esses espaços reproduz a lógica de apagamento secular da cultura negra e de suas religiões, reverberando processos de exclusão e violência.

Referências



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ALVES, Maria Rosa Almeida; SANTOS, Juracy Marques dos. A transmissão oral como dinâmica da memória e construção de identidades afrobrasileiras. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016. **Anais do III CONEDU**. 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20108>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ARAÚJO, Luiz Antônio. Por que o Rio Grande do Sul tem maior percentual de adeptos de religiões de matriz africana no Brasil. **BBC News Brasil**, 09 ago. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c06kd76587yo>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BÁBÀ DIBA DE YEMONJÁ. 2012. 1 vídeo (2 min 29 s). Publicado pelo canal PovodeSanto. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=yvuunBiOoQ8>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/KpwwS8L8Fs7r3Pj83NZrcjJ/?format=pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Seppir, 2004.

CARDOSO, Tainá Machado. **Religiosidade e discriminação a partir da análise dos terreiros de umbanda e candomblé no município de Rio das Ostras (RJ)**. 2015. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, 2015.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

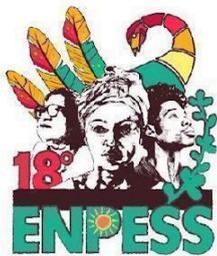
COSTA, Yuri. Comunidades tradicionais: pelo direito de existir e de resistir. **Fórum DPU**, v. 2, n. 7, out./dez. 2016. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/41739_20170630_161223.PDF. Acesso em: 14 ago. 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUAS DATAS e entrega de doces: de onde veio a tradição de Cosme e Damião? **UOL**, 26 set. 2023. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/09/26/cosme-e-damiao-eles-existiram-qual-a-data-certa-e-por-que-sao-dados-doces.htm>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe: no limiar de uma nova era**. São Paulo: Globo, 2008. Vol. 2.

GOMES, Marcela de A. CRAS e intervenção psicopolítica: os terreiros como lugar de pertença, acolhimento e resistência política. **Revista de Psicologia Política**, v. 20, n. 47, p. 87-101, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2020000100008. Acesso em: 14 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GROSSI, Patrícia Krieger et al. Mulheres quilombolas e as interseccionalidades de gênero, raça/etnia e classe social: violação de direitos humanos e resistências. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz (Orgs.). **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do Serviço Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 121-146.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. Dispositivo teórico-metodológico na análise crítica do discurso: uma experiência em pesquisa. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; DE PAULA, Marlúbia Corrêa (Orgs.). **Teorias da análise do discurso**: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social. São Paulo: Alexa Cultural, 2022. p. 179-198.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; DE PAULA, Marlúbia Corrêa. Análise crítica do discurso de van Dijk: caracterizando alguns conceitos. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; DE PAULA, Marlúbia Corrêa (Orgs.). **Teorias da análise do discurso**: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social. São Paulo: Alexa Cultural, 2022. p. 165-178.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS; UNESCO, 2009. p. 57-86.

LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de. **Elementos teopedagógicos afrocentrados para superação da violência de gênero contra as mulheres negras**: diálogo com a comunidade-terreiro Ilê À Se Yemojá Omi Olodó e "O acolhimento que alimenta a ancestralidade". 2014. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2014.

MARTINS, Tereza Cristina S. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na "questão social" brasileira. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 113-132, 2014.

MATOS, Wesley Santos de; EUGENIO, Bendito Gonçalves. Resenha do livro "Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil". **Fronteiras: Revista de História**, v. 20, n. 35, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/frh.v20i35.8643>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 21-31.

ORTEGA, Anna. 'Encontrei meus búzios no portão': as histórias dos terreiros inundados no Rio Grande do Sul. **Brasil de Fato**, 05 ago. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/05/encontrei-meus-buzios-no-portao-as-historias-dos-terreiros-inundados-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 13 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA, Simone Rezende da; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos CEDEM**, v. 3, n. 1, 2012, p. 23-37. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/2339>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Em pauta**, v. 18, n. 46, p. 52-67, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2020.52007>

STUDINSKI, Marcelo Moraes; SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. Aprender no terreiro: história, cultura e religiões de matriz africanas para educação das relações étnico-raciais. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 6, n. 2, p. 222-245, 2020. Disponível em: <https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/148>. Acesso em: 14 ago. 2024.

TRAMONTE, Cristina. **Com a bandeira de Oxalá**: trajetórias, práticas, concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. 2001. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

VAN DIJK, Teun; MEDEIROS, Breno W. L.; ANDRADE, Maria Lúcia C. A. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha D'água**, v. 26, n. 2, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v26i2p351-381>. Acesso em: 04 jul. 2022.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional uma abordagem conceitual**. Geledés; Cfemea, 2013.